



Roteiro

ISSN: 2177-6059

Universidade do Oeste de Santa Catarina

Barbosa da Silva, Jaqueline; Fernandes da Silva, Everaldo; Silva, Eduardo Jorge Lopes da
Educação e diferença: diálogos e perspectivas
Roteiro, vol. 44, núm. 2, e21524, 2019, Maio-Agosto
Universidade do Oeste de Santa Catarina

DOI: 10.18593/r.v44i2.21524

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351962265002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Educação e diferença: diálogos e perspectivas

Jaqueleine Barbosa da Silva¹

Universidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste, Professora Adjunta do Núcleo de Formação Docente

<https://orcid.org/0000-0002-0305-9716>

Everaldo Fernandes da Silva²

Universidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste, Professor Adjunto do Núcleo de Formação Docente

<https://orcid.org/0000-0002-8974-0878>

Eduardo Jorge Lopes da Silva³

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Professor Adjunto; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação

<https://orcid.org/0000-0002-5402-8880>

As configurações históricas constituídas no processo de construção da identidade nacional brasileira expressam a herança colonizadora, representada por um sistema etnocêntrico, que invisibiliza as diferenças étnicas, raciais e culturais.

Com o processo de redemocratização do Brasil emerge a necessidade de reformulação dos marcos regulatórios da legislação educacional brasileira, impulsionada pela centralidade do debate étnico-racial e indígena.

Os movimentos sociais, indígenas e negros, passam a apontar a necessidade de se repensar a educação para além do modelo eurocêntrico. O debate das relações étnico-raciais passa a exigir a reformulação na legislação educacional brasileira, fazendo surgir, na década de 1990, uma série de documentos e novos marcos regulatórios.

A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394 (BRASIL, 1996), incluindo a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, com a promulgação da Lei n. 10.639 (BRASIL, 2003), e posteriormente a Lei n. 11.645 (BRASIL, 2008), acrescendo a terminologia Indígena, representa um primeiro movimento de reconhecimento para o desenvolvimento de políticas educacionais de promoção da igualdade étnico-racial.

Nesse cenário de conquistas legais, as geopolíticas educacionais e afirmativas aliam-se ao caráter político e popular das iniciativas vinculadas aos movimentos sociais negros e indígenas, passando a demandar uma agenda de lutas organizadas pela garantia e cumprimento de currículos específicos e diferenciados.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestra em Educação pela mesma Universidade.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

A realização de estudos e procedimentos de pesquisa que se debruçam sobre coletivos sociais que conquistaram o direito à educação passa a ser considerada na produção acadêmico-científica, revelando-se em campo fértil para a realização de estudos, pesquisas e novas práticas educativas (GOMES, 2017; SANTIAGO *et al.*, 2010; GRUPIONI, 2000; SILVA, 2002).

Em meio a essas conquistas, pesquisadores da área, entre outros Almeida (2010) e Oliveira (2008), baseando-se nos documentos oficiais, preconizam a necessidade de institucionalização e implantação de políticas públicas para as relações étnico-raciais e indígenas.

Nessa direção, a publicação da Seção *Educação e diferença: diálogos e perspectivas* disponibiliza ao leitor 10 artigos e uma resenha relacionados à contribuição e ao desafio de produzir ciência e pluralizar conhecimentos no campo da pesquisa em educação e suas interfaces com as diferenças.

O artigo *Servicio/trabajo social con niños y niñas con necesidades educativas especiales en España*, de Enrique Pastor Seller e Carla Grau Bastida, apresenta uma investigação empírica sobre a realidade do serviço/trabalho social na educação da Espanha. Os resultados revelam, entre outros: a feminização do serviço/trabalho social na Espanha; a presença dos centros e serviços, em sua maioria, de dependência pública; o atendimento no âmbito da evasão escolar, orientação familiar, atenção à diversidade e necessidades educacionais especiais; o desenvolvimento de funções que visam prevenir e abordar problemas individuais dos alunos, com relação ao contexto familiar e escolar; a escassa presença de assistentes sociais no sistema educacional; bem como a falta de reconhecimento dessa figura profissional na educação.

Sob o título *O que ensinam livros didáticos de Artes do Ensino Médio sobre arte dos povos indígenas*, Mariana Schnorr Thomas e Iara Tatiana Bonin discutem formas de representação das práticas artísticas dos povos indígenas em dois livros didáticos de Arte para o ensino médio selecionados para distribuição em escolas públicas por meio do Programa Nacional do Livro Didático.

Anfrisia Alessandra Pereira Araujo, María del Carmen Plata Luque, María Luisa Ortiz Mallol e Ana Isabel Jiménez Durán, no artigo intitulado *Educación transdisciplinar en valores para la integración de jóvenes en riesgo de exclusión social*, descrevem a relevância da integração de jovens dos grupos étnicos cigano e não cigano, em risco de exclusão social, utilizando como núcleo central os valores humanos e a transdisciplinaridade na Espanha. As autoras apontam, a partir de referenciais teóricos da educação, da sociologia e da teoria de sistemas, uma formação e capacitação sistemática em valores no âmbito de uma educação formal inclusiva e participativa.

Tamiris Maia Gonçalves Pereira, Ordália Cristina Gonçalves Araújo e Elias Nazareno tecem reflexões sobre *Transdisciplinaridade e interculturalidade: experiências vividas e compartilhadas no curso de educação intercultural indígena - UFG (2018)*. Os autores, por meio dos conceitos de transdisciplinaridade e interculturalidade crítica, evidenciam as dinâmicas das aulas sobre o tema contextual Educação Intercultural Bilíngue, evidenciando a contribuição dos estudantes indígenas em sala como representantes de suas epistemologias.

Os lugares e as funções das mulheres negras e indígenas nas imagens disponibilizadas nos livros didáticos dos territórios campesinos do Brasil e da Colômbia é tema do texto de Janssen Felipe Silva, Anna Rita Sartore e Aline Renata dos Santos, intitulado *Imagens de mulheres negras e indígenas nos livros didáticos dos territórios campesinos brasileiro e colombiano*. A reflexão advinda das funções de mulheres negras e indígenas, retratadas nas imagens dos livros didáticos em análise, desvelaram marcas da patriarcalização que se articulam à interseccionalidade de gênero, de raça-etnia e de território.

Pedro Fernando Santos e Ana Lúcia Oliveira Aguiar apresentam as *Histórias que educam: dos velhos do quilombo à formação para a juventude - memória, saberes, tradição*. O texto problematiza as influências dos saberes da tradição, concretizados pelas “histórias dos velhos” da Comunidade Quilombola de Santana, em Pernambuco, para a formação da juventude dessa localidade. O enfoque dado destaca uma forma de educação que não se encontra estritamente na escola, mas foge às fronteiras institucionais e transcende para espaços sociais. No texto, destaca-se uma forma de conhecimento não escolarizado que passa por uma proposta de formação para o exercício da cidadania política, seja tecido de um saber, de uma tradição, seja de histórias que se formaram em um tempo, em um espaço e se reproduzem socialmente.

Na sequência, Liliane Maria Teixeira Lima de Carvalho, Sérgia Andréa Pereira de Oliveira e Carlos Eduardo Ferreira Monteiro socializam os resultados de uma pesquisa desenvolvida em escolas indígenas no texto intitulado *Possibilidades da Educação Estatística como forma de análise crítica da realidade na escola indígena*. Os autores exploram os aspectos teóricos da Educação Matemática Crítica aliada ao letramento estatístico mediante as expressões socioculturais do povo Xukuru do Ororubá.

E, na linha da educação indígena e formação de professores, Maria Alda Tranquelino da Silva e Eduardo Jorge Lopes da Silva apresentam os *Saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas*, fazendo referência aos saberes docentes adquiridos na práxis pedagógica por professores indígenas que atuam na educação de jovens e adultos indígenas da Paraíba.

Ações afirmativas e formação de professores: diálogos e perspectivas no NEAB/UFSCar é o texto disponibilizado por Tatiane Cosentino Rodrigues, Ivanilda Amado Cardoso e

Andreia Rosalina da Silva. As autoras apresentam uma reflexão crítico-propositiva sobre práticas político-pedagógicas do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, SP, e a contribuição para a formação inicial e continuada de professores.

Ao final do bloco dos artigos, Sandro Guimarães de Salles, Saulo Ferreira Feitosa e Rosane Freire Lacerda, no texto intitulado *Patrimônio cultural indígena: desafios para uma educação patrimonial decolonial*, buscam contribuir para a presença indígena nas políticas patrimoniais apresentando para o leitor uma reflexão crítica sobre a legislação e as políticas públicas nacionais sobre patrimônio e educação patrimonial.

Vânia de Fátima Noronha Alves apresenta, em formato de resenha, a obra organizada por Karine Oliveira, intitulada *Raízes – Resistência histórica*. A partir da leitura da obra, a autora destaca que o depoimento vivo da luta das mulheres, mais do que a própria escrita, inspira uma forma de resistência, destacando que o processo de produção é um exemplo de que não podemos desistir de nossos sonhos.

Assim, esta Seção intenciona socializar reflexões, investigações científicas e práticas curriculares demonstrando que há um itinerário persecutório de pesquisadores nas sendas das ciências da educação em que as questões relativas às presenças, às heranças e às contribuições dessas populações invisibilizadas são e estão presentes, cujos legados sedimentam qualitativamente as formações inicial e continuada dos docentes.

Ademais, nesse proscênio atual de forte regresso ao pensamento único e ao eurocentrismo, esse conjunto de artigos e resenha enseja acular os ânimos individuais e coletivos de que outro mundo é possível, onde todos possam ser reconhecidos em suas singularidades, diferenças e complementariedades.

Por fim, desejamos que os leitores e interlocutores que se acostam aos temas aqui apresentados possam enriquecer seus estudos e trazer contribuições para os autores que se predispuíram a socializar os resultados de suas investigações, desde o território brasileiro indígena e quilombola até os espaços ciganos de além mar.

Excelente leitura para todos!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. A educação escolar indígena nos sistemas de ensino do Brasil. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador: UNEB, v. 19, n. 33, p. 23-34, jan./jun. 2010.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 mar. 2008.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

GOMES, N. L. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GRUPIONI, L. D. B. Educação e povos indígenas: construindo uma política nacional de educação escolar indígena. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 81, n. 198, p. 273-283, maio/ago. 2000.

OLIVEIRA, P. C. de. Gestão territorial indígena: perspectivas e alcances. *Estudos indígenas: comparações, interpretações e políticas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 175-191. Série Justiça e Desenvolvimento.

SANTIAGO, M. E. et al (org.). *Educação, Escolarização e Identidade Negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE - UFPE*. 1. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2010.

SILVA, R. H. D. da. O Estado brasileiro e a educação (*escolar*) indígena: um olhar sobre o Plano Nacional de Educação. *Revista Tellus*, Campo Grande, v. 2, p. 123-136, 2002.

Endereços para correspondência: Rodovia BR-104, Km 59, Nova Caruaru, 55002-970, Caruaru, Pernambuco, Brasil; jaqueline.barbosa@yahoo.com.br

